



**CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP**

**PORTO DE MANAUS**

**ATA DA 166ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**



No quinto dia do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, na sala de reunião da sede do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Manaus – CAP/MANAUS, / CEP 69005-420 – Manaus – AM, situado na Rua Taquerinha, número 25, Manaus, Estado do Amazonas, realizou-se a centésima sexagésima sexta Reunião Plenária Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária, sob a Presidência de Luiz Stanley da Silva. Estiveram presentes: **Os Representantes do Poder Público:** Luiz Stanley da Silva, pela SEP, Antônio Manoel Silvano Neto, pela Administração do Porto de Manaus, Almir Ribeiro Guimarães Júnior, pela Autoridade Marítima, Consuelo de M. D. Lopes, pelo Sistema de Vigilância de Agropecuária Internacional – VIGIAGRO, Walfrido de Oliveira Silva Neto e Juscelino da Costa Silva pela Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH. **Os Representantes da Classe Empresarial:** Luiz Otávio Cabral, pela Associação Comercial do Amazonas – ACA, Wilson Correia, pelo Sindicato dos Operadores Portuários do Porto - SINOP, Raimundo Nonato de Souza Lopes, pela Associação Brasileira de Terminais Alfandegados – ABTRA. **Os Representantes dos Trabalhadores Portuários:** (sem representantes) **Ouvintes:** Percival Correia pela Federação Nacional dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores de Navios nas atividades Portuárias – FENCCOVIB, Flávio Silva de Almeida, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Luciano M. de Souza Neto pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Jhony Fidelis pelo Grupo Chibatão, Erick Lourenço Ramos, pela Associação Comercial do Amazonas – ACA, Márcio G. Miranda, pelas Empresas Arrendatárias do Porto Público de Manaus, José Guedes, pela ALEAM. **Conselheiros Ausentes:** Oseas Reis da Costa, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, João Ronaldo Melo Mota, pela AEB, Luiz Jorge Martins do Nascimento, pela FNP, Júlio Sérgio Ferreira Cabrales, pela Receita Federal, Anderson Pitzer, pela ABTP, Marco Vinícius da Silva Freitas, pela ABTP, Josefina Gomes Dantas, pela Federação Nacional dos Portuários – FNP (ausência justificada). Dando início aos trabalhos, o Presidente passou ao item **I – ABERTURA**, O presidente agradece a presença de todos, e colocou aos presentes a possibilidade de esperarmos até as 09h20 minutos, para possibilitar a presença do restante dos Conselheiros, o que foi aceito por todos. Quando teve início a reunião, o Presidente, comunicou que a pauta

estava enxuta e que os tópicos na sua maioria eram uma prestação de contas das demandas em andamento. Em seguida foi realizada a posse dos membros designados para o Conselho indicados através das Portarias nº 244, de 26/11/2013, do Ministério de Estado, da Secretaria de Portos da Presidência da República, o Sr. Antônio Manoel Silvano Neto como Titular representando o Poder Público, pela Administração do Porto de Manaus, Sr. Walfrido de Oliveira Silva Neto, como Titular e Juscelino da Costa Silva, como Suplente, representando o Poder Público pela Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH. Recondução do Sr. Wilson Correia, representando a Classe Empresarial pelo Sindicato dos Operadores Portuários do Porto - SINOP. Informou também que os Termos de Posse, que ainda aguardam publicação, terão os expedientes agilizados, até a próxima reunião do CAP, agora que as reformas administrativas foram concluídas, com a Secretaria de Portos, definitivamente vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Passou ao Item **II – ORDEM DO DIA**: Os assuntos receberam as seguintes manifestações: **II. 01** – Aprovação da Ata da Reunião nº 165<sup>a</sup>, do dia 27/01/2017. Foi submetida aos conselheiros a mencionada Ata, tendo sido aprovada, passando a coleta de assinaturas. **III – ASSUNTOS GERAIS**: **III.01**-Apresentação do andamento do Grupo de Trabalho criado pela portaria nº 656, de 8 de novembro de 2016, do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, propondo soluções Administrativas e Operacionais para o Porto Público de Manaus, incluindo Plano de Ação visando a sua reestruturação, bem como dos órgãos e agentes responsáveis para execução nos termos do Acórdão nº 4461/2016; O Presidente comunicou que após a definição pelo Ministério dos Transportes Portos e Aviação, do cenário a ser adotado, foi elaborado o Plano de Ação para sua execução, pela CODOMAR, no período de um ano, sendo o mesmo, apresentado ao Tribunal de Contas da União. O Presidente, após consulta a Secretaria-Executiva do Ministério, liberou a divulgação para a Comunidade Portuária, do relatório do Grupo de Trabalho, bem como o Plano de Ação a ser realizado pela CODOMAR, que foi anexado à ATA. Citou, por exemplo, que uns dos Itens do Plano, prevê o estabelecimento efetivo da Diretoria de Engenharia e Operação da CODOMAR em Manaus, o que já passou a acontecer, desde 02/05/2017, com a mudança do Diretor Antônio Manoel Silvano Neto para a cidade de Manaus. O Presidente

comunicou, que o resultado final dos trabalhos, foi obtido a partir do consenso entre os membros do Grupo de Trabalho, O Conselheiro Silvano Neto, observou, que as Ações relativas ao Plano deverão ser objeto de fiscalização da Comunidade Portuária, e que será importante, a participação de todos, na interatividade das informações relativas a operação do Porto, principalmente dos Arrendatários. O convidado Percival Correia, levantou a questão da Poligonal do Porto, nesse momento o Presidente mencionou que o referido conselheiro mandou uma mensagem solicitando atenção especial para esta ação na pauta desta reunião. O Presidente colocou que esta preocupação, está delineada no item 09 do Plano de ação, e que, após contato com o Coordenador responsável por esse assunto na SNP, Luciano Bissi, ficou definido, que será proposta uma reunião extraordinária do CAP, para junho de 2017, exclusivamente sobre este tema. Esta medida cautelar, será preparatória para a próxima audiência pública a ser convocada, visando um alinhamento prévio da Comunidade Portuária, a fim de mitigar os vários posicionamentos relativos a este Tema. Foi colocado ainda pelo Presidente, que um dos problemas críticos, para a definição da Poligonal do Porto, está na superposição de áreas, o que depende inclusive de posicionamento da SPU, o que ainda não ocorreu até o momento. Finalmente comunicou que será feito o compartilhamento com os Conselheiros, do Relatório e do Plano de Ação. **III.02 – Comissão de inventariança do Porto Organizado** – Portaria nº 699 de 06 de dezembro de 2016, que realizará o inventário de bens do Porto Organizado de Manaus, de modo a atender as disposições da Lei nº 12.815,2013. Foi apresentado um histórico para contextualizar a intervenção do DNIT, com o ato administrativo que terminou por afastar os Arrendatários da Gestão do Porto, e as obras realizadas há época. Mencionou ainda que a presente data, não existiu o recebimento efetivo dos Terminais que foram escopo destas obras, e que decorridos vários anos destes eventos, tornou-se necessário, a realização de um novo inventário, para possibilitar a transferência efetiva dos Bens Públicos, das Áreas 01 e 02 aos Arrendatários, fazer com que os mesmos reassumam sua gestão frente às áreas arrendadas, dentro de uma desejável paz jurídica, e uma posterior repactuação. O Ministério determinou a vinda de uma equipe para o Porto Organizado de Manaus que em conjunto com os demais membros da comissão criada pela Portaria nº 699, elaborou um novo inventário

dos Bens. Os integrantes, finalizaram os trabalhos em um relatório consistente, resultado de amplo debate entre as partes, que reuniu o material utilizado como insumo para a realização do inventário. Dificuldades na logística de deslocamento dos membros da comissão, provocaram descompasso. Os técnicos das Secretarias de Política Portuária, Sérgio Vianna Teixeira Júnior, e de Infraestrutura Portuária, José Sebastião de Alkmin e os demais integrantes da comissão da ANTAQ, Wilson Nascimento Teodoro, como suplente, Rômulo Raigy Pires de Queiroz, pelo DNIT, Evailton Arantes de Oliveira, como suplente Luciano, e pela CODOMAR, Lusivaldo Moraes dos Santos, tendo como suplente Jorge Luiz, contornaram finalmente os problemas para sua mobilização. O Relatório final do Inventário, está concluído e foi entregue à Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação no dia 28/04/2017. O Presidente destacou a importância desta etapa, que abre a possibilidade para um novo contrato de repactuação do Arrendamento do Porto Público de Manaus, terminando com este período de incertezas e instabilidade jurídica, comercial e institucional. A área jurídica do Ministério, solicitou o envio dos dois Contratos originais de Arrendamento, e o documento que delegou à CODOMAR, a Gestão do Porto Público de Manaus em agosto de 2014, para acompanhado do Inventário, subsidiar as ações referentes à devolução das áreas aos arrendatários, o que deverá acontecer ainda no mês de maio, com a vinda da equipe do Ministério a Manaus, para de maneira institucional promover a entrega das duas áreas de arrendamento. Comunicou, que tão logo a coleta das assinaturas no Relatório de Inventariança do Porto Público de Manaus, tenha sido concluída, promoverá o compartilhamento deste documento de grande valor histórico e legal, envolvendo as áreas da atual Poligonal do Porto.

**II.03– Gestão Manaus Moderna** – O Presidente, comunicou que este tema, veio à tona, devido algumas intervenções de Conselheiros, na última reunião do CAP realizada em janeiro. Colocou, que chegou a propor um Grupo de Trabalho, que estudasse uma solução para este complexo problema, que atinge todos os Órgãos Públicos de regulação e controle da qualidade, dos serviços ofertados a população nesta área. Foi abordado, a questão que envolve o estudo da nova Poligonal do Porto, que atualmente incorpora esta área no seu acervo físico. Ressaltando ainda mais a necessidade da definição do novo traçado em discussão. O Presidente comunicou a necessidade da

Secretaria Especial de Portos, definir o projeto da Manaus Moderna, que há vários anos aguarda investimentos para a sua execução, e também o Licenciamento Ambiental, em função da grande intervenção a ser realizada no leito do Rio Negro. O convidado Percival, levantou a demanda existente entre a Prefeitura Municipal de Manaus, e a União, com relação ao terreno do Estacionamento da Feira das Bananas. O Conselheiro Silvano Neto, abordou a tese da necessidade de realizar o alinhamento de instituições no âmbito do CAP, sobre esta demanda, aproveitando a presença do Luciano Bissi, para aprimorar a solução das opiniões divergentes, buscando o máximo de consenso possível, antes da próxima Audiência Pública. A Questão das pendências junto a SPU, com relação a definição da posse de vários imóveis, e da logística urbanística para um provável escoamento de carga geral, são fatores determinantes neste estudo. Foi levantada a dificuldade do controle fiscal do movimento de mercadorias pela SEFAZ, nesta região o que não ocorre no Porto Organizado, onde os operadores fazem este controle. O Terminal Chibatão lembrou, que o Cais das Torres, foi definido como alfandegado de forma improvisada, para atender a Temporada de Cruzeiros, e que o mesmo, não vê com interesse o envolvimento de movimentação de Cargas e Passageiros. O Presidente, lembrou o Sinistro ocorrido no Porto de Santos onde houve bastante dificuldade de ações de primeiro combate e de responsabilização, em função do desconhecimento da natureza da carga e dos recursos para o primeiro combate. Foi relatado que aqui em Manaus está em andamento a elaboração sob a coordenação do IBAMA, do PEI - Plano de Emergência Integrado, envolvendo os Entes com potencial poluidor, com movimentação de Granéis inflamáveis ao longo da Orla do Rio Negro. Várias Empresas, já constam de um Cadastro, que será básico para o rateio dos Custos, e dos Recursos para esta ação. Foi destacado o trabalho em andamento da ANTAQ, para cadastrar todos os entes ao longo da Orla, o trabalho, já se encontra na altura do Porto do São Raimundo. O Representante da ANTAQ alertou, que este trabalho tem propósito específico de atender a Resolução Normativa - ANTAQ nº 13, de 10 de outubro de 2016 e está sendo desenvolvido em conjunto com a Marinha, e que este mapeamento, será importante para várias ações de organização e controle das atividades ribeirinhas, por todos os Órgãos que atuam neste cenário. O TUP – Chibatão, comunicou que foi auditado pelo IBAMA com relação ao controle de

riscos com uma ação bastante consistente, inclusive com o inventário dos recursos necessários ao controle de vazamentos. Foi informado, que o objetivo final, será a montagem de um Plano de Ação de Ajuda Mutua. Informou também a contratação de um Engenheiro Ambiental. O representante da ANVISA, levantou o problema das Balsas que operam na Orla, que tem apresentado um risco potencial de contágio por doenças transmissíveis, pelo fluxo de passageiros, citou o exemplo de uma urna funerária que seria transportada, com pessoa que teve óbito com suspeita de Meningite. Citou também o grave problema da qualidade da água e alimentos consumidos pela população em trânsito, com sérios riscos de contaminações, com vários casos já relatados. O Representante dos Arrendatários colocou que a água servida no âmbito do Porto Organizado é de boa qualidade e é fornecida pela Manaus Ambiental seguindo protocolo de controle de qualidade. Esta água está disponível para todos, com seis hidrantes locados no cais Rodway a um custo razoável. Porém, vários Barcos captam água direto do Rio ou de Balsas, em função do custo. Foi definido que na repactuação, seja estabelecido um procedimento padrão para regularizar em definitivo a questão do fornecimento de água e alimentos na área do Porto Organizado, a ANVISA fará a fiscalização deste procedimento. Foi alertado da necessidade de adaptação dos hidrantes com válvula de redução de pressão para abastecimento de Embarcações de menor porte. Foi reportado um histórico de vandalismo nas instalações existentes ao longo da história do Porto, e a existência do sistema de combate a incêndios com água captada do Rio Negro, e armazenada em Caixa de água, com rede pressurizada. O Representante da ANTAQ, informou o deficit de cerca de quatro quilômetros de Cais na área da Manaus Moderna e da Orla do Rio Negro, e reforçou a necessidade de Investimentos no sentido de prover a infraestrutura necessária para atender a toda esta demanda reprimida ao longo dos anos. Solicitou o envolvimento de todos os Entes, para uma cruzada junto aos Ministérios, para a liberação dos recursos financeiros para os investimentos necessários para à execução das Obras de infraestrutura projetadas. Foi informado a existência de um Plano Mestre contratado pela SEP, onde toda esta problemática se encontra relatada com bastante consistência. Existem documentos do Ministério Público que também poderia subsidiar ação de mobilização dos Entes na busca de uma solução concreta para a Orla do Rio



Negro. O Representante do TUP Chibatão, relatou a ocorrência na área de acesso as suas instalações próximas ao Porto da CEASA, onde sua empresa contribuiu, fornecendo material, para a Prefeitura Municipal de Manaus na restauração do trecho da BR 319, danificado por erosão, **III.04** – Foi apresentada a proposta de alteração referente a periodicidade das reuniões do CAP, mensal ou bimensal ao invés, de trimestrais como é atualmente, para ser levada ao presidente da CODOMAR. Após debates ficou acordado que a princípio será proposta a periodicidade das reuniões para período bimensal. Comunicou, que trabalhará para a convocação de reunião extraordinária do CAP, para junho de 2017, para debate e alinhamento das tratativas referentes a definição da nova Poligonal do Porto Público de Manaus. **III.05 – Considerações Finais** – O Presidente, comunicou a realização de reunião preparatória para o evento Roda dos Chefes. A ANTAQ, Arrendatários e CODOMAR, estão articuladas para apoiar a realização deste evento em novembro de 2017. Comunicou a visita a Empresa Aliança onde tomou conhecimento da restrição a navegação na região do Tabocal. O presidente se compromete a levantar novamente esta demanda junto a SEP para que uma solução possa ser viabilizada para se restabelecer calado mínimo de 10 metro na situação de condição extrema. Este assunto é de conhecimento do Comandante Carvalho do SSN – 09. A Capitania, tem apoiado as Empresas de Navegação para evitar abusos dos serviços de Praticagem, que estão tirando um certo proveito desta restrição de navegação, impondo custos adicionais as Embarcações de grande porte. Outra questão colocada, é a dificuldade de operação noturna com custos majorados em caso de necessidade. A Capitania reportou as ações realizadas para facilitar a atracação de duas embarcações no Cais Torres. Os representantes dos Armadores revelaram apreensão quanto ao critério de cobrança dos serviços de praticagem, inclusive com a possibilidade da utilização de Simuladores para facilitar as operações críticas. O engenheiro Jorge de Almeida Barroso, comunicou que estão em negociações o estabelecimento na área do Porto Público de Manaus, de um posto avançado do Corpo de Bombeiros para ação terrestre e náutica, que poderá dar maior segurança a esta região da cidade, com grande repercussão positiva inclusive com a redução das taxas de seguro das empresas nesta região. O TUP Chibatão, ofereceu o apoio para deslocamento de uma Balsa do Corpo





de Bombeiros para próximo do Porto de Manaus. A representante da VIGIAGRO, Sra. Consuelo, Lopes, informou que o órgão pretende utilizar o atual posto deste Órgão na área alfandegada do Cais das Torres, mesmo com as cargas de natureza animal serem bastante raras atualmente. E que devido à dificuldade de pessoal, atuará por demanda, com deslocamento temporário de pessoal. Foi colocado, que cada vez mais, está sendo exigido a fiscalização invasiva das cargas através de Escâner, o que exigirá a realização de investimentos. Foi informado que na repactuação dos Contratos de Arrendamento será definido as medidas a serem adotadas no novo cenário. O representante da CODOMAR, Sr. Silvano Neto, solicitou que na medida do possível, os presentes, ajudem na mobilização da reunião de junho, principalmente os representantes dos órgãos do Estado e do Município. O Representante da ANTAQ informou, que este órgão, acompanhado da Marinha, DNPM, IBAMA e IPAAM, está realizando o levantamento das atividades garimpeiras no Rio Madeira, para a promoção de um melhor ordenamento e solicitou na oportunidade, a contribuição de todos na medida do possível que informem a ANTAQ em caso de verificação desta ocorrência. Foi debatido a ocorrência da presença de mercúrio resíduo das ações de garimpagem, que provocam grande dano a população no entorno destas instalações. O Capitão dos Portos Wellington Lopes dos Santos, manifestou sua satisfação na participação desta reunião, e que apesar de seu pouco tempo a frente deste posto de comando, onde está tendo oportunidade de conhecer os representantes da Comunidade Portuária, teceu algumas considerações com relação a população ribeirinha, e sua dependência dos rios da região amazônica, e as grandes distâncias que requer grande sacrifício e empenho para monitorar as atividades sob a vigilância desta Capitania. Informou que a ação da Capitania é administrativa e não tem caráter de polícia, e que mesmo com apreensões temporárias, não dispõe de instalações para armazenamento, tendo que considerar a condição de fiéis depositários, finalmente colocou a Capitania dos Portos a disposição de todos, para a gestão das ações que dependem da Autoridade Marítima. O presidente deu as boas-vindas ao Capitão dos Portos e colocou o Conselho a disposição para apoio a sua gestão à frente da Capitania.– **ENCERRAMENTO** – O Presidente encerrou os trabalhos ressaltando a boa produtividade da reunião, convidando a todos, para se fazerem presentes, na



próxima reunião extraordinária de junho, em data a ser definida e comunicada com antecedência a todos.

Luiz Stanley da Silva  
**PRESIDENTE**

Antônio Manoel Silvano Neto  
**CONSELHEIRO**

Wilson Correia  
**CONSELHEIRO**

Consuelo de Maria D'Ávila Lopes  
**CONSELHEIRO**

Almir Ribeiro Guimarães Júnior  
**CONSELHEIRO**

Raimundo Nonato de Souza Lopes  
**CONSELHEIRO**

Walfrido de Oliveira Silva Neto  
**CONSELHEIRO**

Juscelino da Costa Silva  
**CONSELHEIRO**

Carlos Eduardo de Carvalho Gomes  
**SECRETÁRIO EXECUTIVO**